

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.810.003 - CE (2019/0109718-1)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
AGRAVANTE : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS
RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
AGRAVADO : ANTONIO MARTINS BEZERRA
ADVOGADO : EDSON SARAIVA TAVARES - CE013998

DECISÃO

Vistos.

Fls. 179/186e - Trata-se de Agravo Legal (art. 1.021 do CPC/15) interposto contra decisão monocrática de minha lavra, mediante a qual não conheci o Recurso Especial (fls. 167/173e).

Feito breve relato, decido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte, na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Em juízo de retratação, consoante o disposto no art. 1.021, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015, verifica-se o desacerto da mencionada decisão, razão pela qual de rigor sua reconsideração, a fim de que o recurso seja novamente analisado.

Verifico que a discussão envolve tema afetado por esta Corte Superior ao regime de recursos repetitivos já sob a vigência do Código de Processo Civil de 2015 (art. 1.036, caput e § 1º) (TEMA 1.036, Recursos Especiais n. 1.814.944/RN, 1.814.945/CE e 1.816.353/RO, 1ª S., Rel. Min. Mauro Campbell Marques, j. 12.11.2019, DJe 27.11.2019), com a determinação de suspensão do processamento de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão e tramitem no território nacional, a teor do disposto no art. 1.037, II, do mencionado diploma:

DIREITO AMBIENTAL. RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. PROPOSTA DE AFETAÇÃO. APREENSÃO DE VEÍCULO UTILIZADO NA PRÁTICA DE INFRAÇÃO AMBIENTAL.

1. Questão jurídica central: "aferir se é condição para a apreensão do

Superior Tribunal de Justiça

instrumento utilizado na prática da infração ambiental a comprovação de que o bem é de uso específico e exclusivo para a atividade ilícita (Lei n. 9.605/1998, art. 25, § 4º, atual § 5º)".

2. Recurso especial submetido ao regime dos recursos repetitivos (afetação conjunta: Recursos Especiais n. 1.814.944/RN, 1.814.945/CE e 1.816.353/RO).

(ProAfR no REsp 1816353/RO, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/11/2019, DJe 27/11/2019)

Posto isso, nos termos do art. 1.021, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015, **RECONSIDERO** a decisão de fls. 167/173e, restando, por conseguinte, **PREJUDICADO** o agravo legal de fls. 179/186e, e **DETERMINO** a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa, para que o processo permaneça suspenso até a publicação do acórdão do Recurso Especial Repetitivo acima identificado, a fim de que a Corte de origem, posteriormente, proceda ao juízo de conformidade.

Publique-se e intimem-se. Cumpra-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora